



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDO GRUPO

052



**Embargos de Declaração nº 48690-8/01** – Comarca de Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargados:** Maria das Dores de Souza e outros

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DECADÊNCIA NÃO VERIFICADA. MATÉRIA NÃO TRATADA NO PROCESSO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento inserto no artigo 535, do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2. Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.

3. Alega o embargante que o acórdão embargado teria incorrido em omissão por não ter analisado à saciedade questões relativas à aplicação, ao caso dos autos, do contido no art. 39, §1º, da CF/88; nas Súmulas 266, 269 e 339, do STF, e no art. 23, da Lei federal nº 12.016/2009, concernente à ocorrência de decadência do direito de impetração.

4. No que pertine à aplicação da Súmula 269, do STF, cuido, de logo, de afastar qualquer possibilidade de omissão, porquanto o julgado ora embargado tratou, precisamente, de limitar o alcance temporal da segurança, fazendo menção expressa àquele enunciado da Excelsa Corte, bem como ao de número 271, em sua parte dispositiva.

5. No tocante à decadência arguida, cabe ressaltar que o fato de não ter sido debatida no julgamento do *mandamus*, e de constituir matéria de ordem pública, que deveria ser conhecida de ofício pelo juiz, não implica ocorrência de omissão no acórdão, mas, apenas, que não vislumbraram os componentes deste órgão julgador

R  
5522



Poder Judiciário

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

## SEGUNDO GRUPO

053



quaisquer elementos capazes de caracterizar o seu aperfeiçoamento e suscitar a discussão.

6. De mais a mais, ainda que existente o vício apontado, não se poderia falar na consumação da decadência, haja vista que, em casos de omissão ou de ausência de manifesta negativa do direito reclamado pela Administração, consoante hipótese dos autos, entende-se caracterizada relação de trato sucessivo que tem o condão de impedir o aperfeiçoamento da caducidade do direito de impetração, renovando-se, a cada mês, o prazo de ajuizamento do mandado de segurança, conforme entendimento cristalizado na Súmula nº 24 desta Corte de Justiça.

7. deixo de conhecer das demais questões aventadas nestes Embargos, por verificar que tais assuntos não foram ventilados tempestivamente, quando da apresentação das informações, encontrando-se, pois, preclusa a oportunidade de discuti-los. Não admite a nossa ordem processual o conhecimento em sede de embargos de declaração de matéria não tratada anteriormente no processo, vedando, com isso, a possibilidade de inovação da lide nesta fase recursal.

8. Ausência de verificação de qualquer das hipóteses autorizadoras dos Embargos de Declaração.

9. À unanimidade de votos, rejeitaram-se os Embargos de Declaração.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 48690-8/01, ACORDAM os Desembargadores integrantes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 20/01/2010, unanimemente, em rejeitar os embargos, nos termos do relatório, voto, ementa e nota taquigráfica em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, 20/01/2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



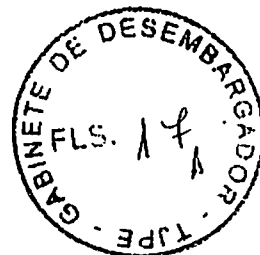
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDO GRUPO

054



**Embargos de Declaração nº 48690-8/01** – Comarca de Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargados:** Maria das Dores de Souza e outros

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

### RELATÓRIO

Cuidam-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que, por maioria de votos, concedeu a segurança para reconhecer o direito dos impetrantes, delegados da Polícia Civil do Estado, à percepção da Gratificação de Função Policial no percentual de 225% incidentes sobre o vencimento-base do cargo, nos termos da Lei estadual nº 11.568/98.

Aduz o embargante, em síntese, que o acórdão embargado teria incorrido em omissão por não ter analisado à saciedade questões relativas à aplicação, ao caso dos autos, do contido no art. 39, §1º, da CF/88; nas Súmulas 266, 269 e 339, do STF, e no art. 23, da Lei federal nº 12.016/2009, concernente à ocorrência de decadência do direito de impetração.

Ao final, requer sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios para sanar as omissões apontadas e prequestionar a matéria constitucional e federal versada nos autos.

É o relatório.

Recife, 20/01/2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDO GRUPO



**Embargos de Declaração nº 48690-8/01** – Comarca de Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargados:** Maria das Dores de Souza e outros

**Relator:** Des. José Ivo De Paula Guimarães

**VOTO**

Constituem os Embargos de Declaração recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes no provimento jurisdicional, nos termos do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material, admissível, em face de construção jurisprudencial, contra decisões em sentido amplo.

No que pertine à aplicação da Súmula 269, do STF, cuido, de logo, de afastar qualquer possibilidade de omissão, porquanto o julgado ora embargado tratou, precisamente, de limitar o alcance temporal da segurança, fazendo menção expressa àquele enunciado da Excelsa Corte, bem como ao de número 271, em sua parte dispositiva.

No tocante à decadência arguida, cabe ressaltar que o fato de não ter sido debatida no julgamento do *mandamus*, e de constituir matéria de ordem pública, que deveria ser conhecida de ofício pelo juiz, não implica ocorrência de omissão no acórdão, mas, apenas, que não vislumbraram os componentes deste órgão julgador quaisquer elementos capazes de caracterizar o seu aperfeiçoamento e suscitar a discussão.

De mais a mais, ainda que existente o vício apontado, não se poderia falar na consumação da decadência, haja vista que, em casos de omissão ou de ausência de manifesta negativa do direito reclamado pela Administração, consoante hipótese dos autos, entende-se caracterizada relação de trato sucessivo que tem o condão de impedir o aperfeiçoamento da caducidade do direito de impetração, renovando-se, a cada mês, o prazo de ajuizamento do mandado de segurança, conforme entendimento cristalizado na Súmula nº 24 desta Corte de Justiça, *in verbis*:

Súmula 24/TJPE – O direito à impetração de mandado de segurança, cujo objeto verse sobre relação jurídica de trato sucessivo, não é atingido pela decadência.

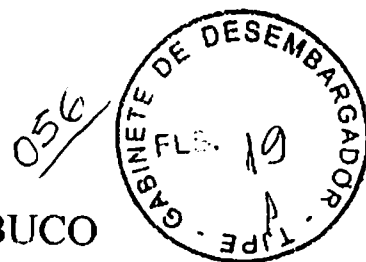


Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**SEGUNDO GRUPO**



Não houve, portanto, desrespeito ao prazo de impetração previsto no art. 23, da Lei federal nº 12.016/09.

Isso posto, deixo de conhecer das demais questões aventadas nestes Embargos, por verificar que tais assuntos não foram ventilados tempestivamente, quando da apresentação das informações, encontrando-se, pois, preclusa a oportunidade de discuti-los. Não admite a nossa ordem processual o conhecimento em sede de embargos de declaração de matéria não tratada anteriormente no processo, vedando, com isso, a possibilidade de inovação da lide nesta fase recursal.

Logo, inócuo o manejo dos presentes aclaratórios com a intenção de suprir inexistentes omissões do julgado.

Feitas essas considerações, voto pela rejeição dos presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife 20 / 01 / 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**